

ROSA LUXEMBURG E HANNAH ARENDT: DESENCONTROS DA REVOLUÇÃO

MARCELA UCHÔA*

RESUMO

As idiossincrasias e contradições que perpassam o caminho político de Rosa Luxemburg e Hannah Arendt não são tão óbvias quanto parecem. Mulheres em tempos sombrios, ambas fizeram da práxis política um caminho sem volta na defesa de uma revolução que não só repensasse as bases políticas vigentes de seu tempo, mas que não encontrasse limites às críticas necessárias e pungentes dentro dos círculos políticos aos quais pertenceram. Da crítica ao reformismo político em prol da defesa de um processo revolucionário necessário (ainda que com projetos políticos distintos) – pensar o percurso dessas duas mulheres na história das revoluções contemporâneas é entender as estruturas políticas que alicerçam o que defendemos e aonde queremos chegar. Entender as similitudes e diferenças a volta da crítica de Rosa Luxemburg no início de 1918 a política dos bolcheviques, o juízo de Arendt em torno do julgamento de Eichmann e a análise de ambas sobre o caso Dreyfus – é perceber que a defesa de novos começos, ainda que em um rápido olhar pareça apontar para uma mesma direção ligeiramente denuncia um abismo ideológico ineliminável que é preciso ser enfrentado.

PALAVRAS-CHAVE: Luxemburg; Arendt; Crise; Revolução; Dissonâncias; Consonâncias

ABSTRACT

Theidiosyncrasiesandcontradictionsthatrunacrossthepoliticalpathsof Rosa Luxemburg and Hannah Arendt are not as obvious as they seem. Women in dark times, both made of their political praxis a no-return path in defence of a revolution that would not only rethink the prevailing political foundations of their time but would extend itself to the *necessary and poignant criticism of the political circles to which*

* Doutoranda em Filosofia Política pela Universidade de Coimbra – Portugal. Possui licenciatura e mestrado em filosofia pela Universidade Federal do Ceará. É membro colaborador do Instituto de Estudos Filosóficos – IEF. Foi professora de ética e filosofia do direito na Faculdade Cearense – FAC; foi professora de filosofia da educação na Universidade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Atualmente escreve artigos de opinião no jornal português: O Público. Ativista política. É palestrante em temas que envolvem desde política internacional à direitos humanos das mulheres. É membro colaborador do Fórum Demos Portugal (plataforma que investiga a crise das democracias contemporâneas).

they belonged. From Criticism to political reforms to the defence of a necessary revolutionary process (albeit with distinct political projects) – to think about the course of these two women in the history of contemporary revolutions is to understand the political structures that underpin what we stand for and where we want to go. To understand the similarities and differences around Rosa Luxemburg's critique in early 1918 of the Bolshevik policy, Arendt's judgment around the Eichmann trial, and the analysis of the Dreyfus case - is to realize that the defense of new beginnings, even if a first sight pointing in the same direction, uncovers the ineliminable ideological abyss that must be faced.

KEYWORDS: Luxemburg; Arendt; Crisis; Revolution; Dissonances; Consonances

ROSA LUXEMBURG E HANNAH ARENDT: DESENCONTROS DA REVOLUÇÃO

Teórica socialista e ativista revolucionária, Rosa Luxemburg foi uma das grandes inspirações teóricas de Hannah Arendt em temas importantes do seu trabalho, especialmente no debate a volta do ideal de ação política e defesa da revolução. YoungBruehl(1982, p. 27) afirma que o primeiro contacto de Hannah Arendt com Rosa Luxemburg acontece ainda muito jovem, através de sua mãe, Marta Arendt, grande admiradora de Luxemburg, tendo chegado a acompanhar a mãe em sua cidade natal, para uma reunião do círculo de Königsberg, onde se seguiam e discutiam as notícias vindas de Berlim na greve geral.

Segundo Stolfkken(2006), é só muito mais tarde com o crescimento do discurso nazista nos anos 30 que Arendt começa a dar início ao seu percurso político. De acordo com a própria, o impulsionador do seu pensar crítico na política foi Heinrich Blücher, seu segundo marido que combateu ao lado de Luxemburg na Revolução alemã e que nunca escondeu sua profunda admiração por Rosa Luxemburg. Para além da origem judaica, coragem política e intelectual – ambas tinham em comum a defesa de uma concepção de política pautada na ideia de liberdade, suas vidas foram no espaço público fonte de poder político e alicerces de uma democracia possibilitadora de espaços de liberdade (D’ALESSANDRO, 2011).

Que Arendt¹ era uma entusiasta da coragem de Luxemburg

¹ Em carta ao amigo Kurt Blumenfeld, em 1956, Arendt conta orgulhosa um episódio em que os alunos a comparam com Luxemburg: “Em Berkeley, onde jamais mencionei o nome de Rosa Luxemburg – pois suponha que ninguém a conhecia-os

não há dúvidas. Contudo não só. Em uma resenha sobre a biografia de Luxemburg publicada por John Peter Nettl em 1966, Arendt (1991) afirma:

Gostaríamos de crer que ainda há esperança de um reconhecimento tardio da pessoa que ela foi e daquilo que ela fez, como gostaríamos de esperar que ela venha enfim a ocupar o lugar que merece na formação de quantos, nos países ocidentais, se dedicam às ciências políticas. Pois Nettl tem razão: 'As suas ideias devem estar presentes onde quer que se estude seriamente a história das ideias políticas'² (HTS, 71)

Apesar de pouco mencionada pela academia mainstream no âmbito da filosofia política, por vezes, pelo lugar político que assumiu, Rosa Luxemburg tem em Hannah Arendt o seu resgate dentro da filosofia enquanto teórica e cientista política. Elisabeth Bruehl(1982), defende que a “resenha de Arendt da biografia de Nettl foi um epílogo de OnRevolution” (YOUNG-BRUEHL, 1982, p. 402), ainda que Luxemburg não esteja diretamente citada no livro, o próprio título foi inspirado pela noção de *revolução espontânea* da teórica polaca. Contudo é perceptível que Arendt não estudou a fundo todas as obras de Luxemburg, o que muitas vezes resulta por parte dos estudiosos em Arendt interpretações muito arendtianas da revolucionária polonesa, como é o caso do artigo de Ernst Vollrath e Ashton (1973)“Rosa Luxemburg'sTheoryofRevolution”. Segundo Vollrath e Ashton (1973), para entendermos o conceito de revolução de Rosa Luxemburgo, bem como sua importância entre as teorias revolucionárias, é necessário perceber a duplicidade das teorias políticas - teorias de organizações estatais de um lado, e teorias de movimentos revolucionários do outro. Ainda que adotemos a defesa de que a tarefa de qualquer teoria política é sobretudo a solução do problema da ação, as teorias da revolução atraem a curiosidade de muitos, precisamente por reivindicarem ser novos começos.

O ponto de partida de Rosa Luxemburgo para todas as reflexões sobre revolução é a percepção de que não é possível suprimir da economia seu elemento político. Dentro do marxismo,

estudantes me contaram que em uma festa com muita bebida teriam dito uns aos outros: Rosa voltou”.

² A publicação original se chama “A HeroineofRevolution” inscrita em The New York ReviewofBooks. A mesma resenha foi publicada com o título “Rosa Luxemburg 1871 – 1919”. Quando me refiro ao ensaio de Arendt sobre Luxemburg utilizo a última versão: Homens em Tempos Sombrios. Lisboa. Relógio D’Água, 1991, p. 45-71.

para além de um debate crítico sobre o abismo gerado pelo capitalismo, é profundamente crítica aos discursos que defendem um socialismo evolucionário – teleológico e determinista – que acaba por cooptar os trabalhadores dentro do Estado burguês. Para ela o socialismo não era inevitável, o capitalismo caminha para a barbárie (imperialismo, guerras, nacionalismos); a revolução socialista é a ação política para escapar a essa tendência. Sua crítica à Bernstein se fundamenta, então, na crítica a postura reformista³, ou seja, a ideia de um socialismo evolucionário ter de ser algo inevitável. O socialismo deveria, então, ser uma conquista (socialismo ou barbárie), no sentido que ou abria-se a possibilidade de uma revolução, ou a destruição da sociedade seria inevitável (à exemplo a fatídica primeira guerra mundial).

O socialismo não cairá como um maná do céu. Só será conquistado numa grande cadeia de poderosas lutas nas quais o proletariado dirigido pela social democracia aprenderá a manejar o timão da sociedade para converter-se em vítima impotente da história em seu guia consciente. Friedrich Engels disse uma vez, “A sociedade capitalista se acha num dilema: avanço ao socialismo, ou regressão à barbárie”⁴ (LUXEMBURG, 2004, p. 321)

Entusiasta da revolução Russa 1905, Luxemburg tem nesse facto histórico sua primeira imersão em uma experiência revolucionária de maiores proporções, vivência que deu a ela a dimensão do quanto a ação de massas tinha potencial político emancipador. A revolução não é pré-concebida como algo que se aplica à realidade, nem existem métodos estabelecidos de forma prévia. Trata-se de uma construção conjunta, que só é possível através do protagonismo das camadas populares dentro do processo revolucionário. A ideia de autossuficiência popular dialoga diretamente com seu projeto político, onde o poder deve ser

³ Acerca do debate entre Bernstein e Luxemburg, Van Vossolle(2019), esclarece que a discussão existente entre reforma, ou revolução se tratava sobretudo de uma questão de mudança formal *versus* mudanças estruturais/ internas. Isso se dava ao passo que o reformismo tentava possibilitar a articulação do capitalismo com o movimento operário; a questão passava a ser, então, de oposição entre o caráter pequeno burguês e o proletário.

⁴ Em nota a edição do livro os editores chamam atenção ao facto de essa frase não se tratar diretamente de Engels, provavelmente Luxemburg tinha em mente uma passagem no manifesto comunista onde Marx e Engels falam que a luta de classes resulta em uma nova constituição social revolucionária, ou na ruína comum das classes que se opõem.

construído a partir das bases, e as instituições devem ser fruto das decisões das massas.

(...) a grande massa trabalhadora deixa de ser uma massa governada, para viver ela mesma a vida política e econômica na sua totalidade, e para orientá-la por uma autodeterminação consciente e livre. (LUXEMBURG, 1991, p. 103)

As experiências da vida cotidiana, estão profundamente ligadas à consciência de classe. A revolução não é tão somente um processo dependente das crises internas do capitalismo, é também produto da ação humana, suas críticas à reforma e defesa da revolução seguem esse caminho.

Apesar de ser uma entusiasta da revolução russa e da greve das massas seus debates com Bernstein deixam evidentes suas profundas críticas a social democracia russa reformista e ao Partido Social Democrata Alemão (SPD - Sozialdemokratische Partei Deutschlands) que defendia que as reformas sociais uma estratégia viável para se chegar à revolução. Rosa Luxemburg reconhecia nas reformas feitas na esfera parlamentar uma busca pela melhora progressiva das condições de vida dos trabalhadores. A grande tensão do modelo reformista, para ela, consistia precisamente na imposição de barreiras à ideia de socialismo como emancipação humana. O que não quer dizer que não reconhecesse os avanços conseguidos através do campo político institucional, mas considerar que, as contradições da sociedade capitalista não serão mais conciliáveis.

Liberdade somente para os partidários do governo, somente para os membros de um partido, por mais numerosos que sejam – não é liberdade. Liberdade é sempre liberdade daquele que pensa de modo diferente. Não é por fanatismo da justiça, mas porque tudo quanto há de vivificante, de salutar, de purificante na liberdade política depende desse caráter essencial e deixa de ser eficaz quando a “liberdade” se torna privilégio. (LUXEMBURG, 1991, p. 91)

O que Rosa Luxemburg queria é que a participação popular democrática adquirisse um caráter mais social, espaço que os limites da democracia liberal não alcançam. Caracteriza-se, então, através da proposta de modelo democrático que outorga às massas as decisões políticas um lugar onde: “se exerce no mais amplo espaço público, com a participação sem entraves, a mais ativa possível das massas populares, numa democracia sem limites” (LUXEMBURG, 1991, p. 95)

Quanto mais os oprimidos tiverem possibilidade de ser atores do seu próprio futuro, mais democrática se torna a sociedade; ainda que para isso seja necessário a criação de instituições menos burocratizadas e mais flexíveis à participação popular.

Sua proposta nada mais é que a busca por dar às promessas de igualdade e liberdade - um caráter que fosse além do meramente formal existente na sociedade burguesa. Embora ela considerasse a Revolução de Outubro um fato histórico emblemático na história das lutas revolucionárias, sempre foi bastante crítica aos rumos que tomou. Defendia que os revolucionários deveriam ter o compromisso de criar espaços de participação popular mais fortes, possibilitadores de autonomia, pois sem elas as revoluções estarão sempre condenadas à barbárie. É na base dessa crítica de Luxemburg que Hannah Arendt afirma:

Rosa não acreditava em uma vitória em que o povo em geral não tivesse papel nem voz ativa; na verdade, acreditava tão pouco na tomada do poder a qualquer preço que temia muito mais uma revolução deformada do que uma revolução falhada – e era esta, efetivamente, a grande diferença entre ela e os bolcheviques. (ARENDR, 1991, p. 68)

Tendo em conta as bases ideológicas que distanciam as teóricas, de Luxemburg, Hannah Arendt resgata o vigor pelo debate crítico que não tem medo de se posicionar e exercer o pensar de forma crítica a seus aliados⁵, a defesa por processos revolucionários (ainda que tenham bases ideológicas distintas) não se furtam ao confronto de ideias e estão na contramão da defesa de qualquer modelo de sistema político que leve ao oportunismo político e autoritarismo.

Contudo para além das consonâncias é importante salientar que há muitos equívocos acerca da interpretação de Arendt sobre Luxemburg e a sua posição acerca do marxismo. Elisabeth YoungBruehl(1982), em biografia feita sobre Arendt, afirma: “Arendt via o programa político de Luxemburg – o republicanismo – como

⁵ Assim como Luxemburg foi fortemente atacada por suas posições críticas, tanto entre marxistas por suas posturas totalitárias (bolcheviques), quanto pelos reformistas por suas críticas à suas posturas oportunistas, e a apoio a guerra imperialista (considerados, inclusive, responsáveis por seu assassinato); Arendt se reconhecia com a filósofa polonesa, por também ter sido fortemente perseguida e rechaçada por suas posições políticas, em seu caso – suas críticas à comunidade judaica, e ao julgamento de Eichmann e sua tese sobre a banalidade do mal. Ambas também eram antinacionalismos.

consequência da sua rejeição da dialética, a relação antitética entre capitalistas e proletários. Nos termos de Hannah Arendt o republicanismo era um ideal político que transcendia todas as visões marxistas do socialismo e do capitalismo.” (YOUNG-BRUEHL, 1982, p. 401). Sem dúvida Arendt fez uma leitura da revolucionária polaca muito peculiar. Quando a distância do marxismo acaba por afastá-la do próprio fim socialista, o que retoma o debate de Luxemburg com Bernstein onde receava uma reação pequeno-burguesa do mundo que não conseguisse transcender o capitalismo. Embora Arendt afirme que “Rosa Luxemburg não era uma marxista ortodoxa – tão pouco ortodoxa, na verdade, que podemos mesmo chegar a perguntar se chegava a ser marxista” (ARENDR, 1991, p. 51) – revela mais sobre suas próprias posições ideológicas antimarxistas do que propriamente sobre Rosa Luxemburg - esse distanciamento do marxismo era, inclusive, um dos maiores receios da revolucionária socialista.

Peter Hudis (2019) em *Introduction: Luxemburg in our time*- texto recente que introduz a reedição da famosa biografia feita de Nettl (1966) – afirma que a apresentação abrangente da vida e obra de Luxemburgo, incluindo o contexto histórico em que se desenrolou, nos permite vê-la como realmente era – “uma marxista dedicada que não tinha medo de desafiar a tradição quando sentia que suas perspectivas estavam aquém do objetivo da emancipação humana universal” (HUDIS, 2019, p. xix). Nessa esteira Hannah Arendt parece estar enganada em vários níveis. Desde a tentativa de afastar Luxemburg da revolução proletária – é difícil encontrar qualquer atividade política de sua vida que não visasse promover os interesses da classe trabalhadora. Ao facto de Luxemburg ter ignorado aqueles que tratavam a luta pelo socialismo como um insumo moral imperativo do que necessariamente surge das contradições imanentes do capitalismo. Como pode ser visto em seus escritos na introdução à economia política. (HUDIS, 2019, p. xix)

Vollrath e Ashton (1973), chegam a afirmar que a teoria da revolução de Luxemburg conduz à democracia representativa e a liberdade em Arendt. A base marxista de Rosa Luxemburg e a defesa de uma revolução longa, baseada na experiência a fim de evitar a barbárie são totalmente negligenciadas nesse discurso. A interpretação que Arendt dá a concepção revolucionária de Luxemburg, sem dúvida está alicerçada no seu próprio ideal de republicanismo e revolução; o que não quer dizer que seja impossível fazer conexões entre o pensamento das duas. Tanja Storlfokken (2006, p. 123), defende que “o pensamento de Rosa

Luxemburg pode ser visto como uma resposta à crítica de Arendt a Marx, mas o que é mais importante, pode ser visto como um marco luminoso na história do pensamento político ocidental e da história e teoria política em geral(...)", a crítica de Luxemburg da redução da política entendida como meios para um fim, acompanha Arendt em toda sua filosofia política, assim como o ideal de que a política precisa ser um fim em si mesma.

Segundo (STORLFOKKEN, 2006, p. 123), Arendt via na compreensão de natureza da ação política de Luxemburg, seu mais importante legado à teoria política, contudo ao desenvolver seu conceito de ação política, não menciona a potencial dívida que tem Rosa Luxemburg. Equívoco que se perpetua entre outros estudiosos de Arendt, como Dana Villa(1995), que defende que no conceito de ação política de Arendt está sua verdadeira contribuição original e seu maior contributo a teoria política, sem citar Rosa Luxemburg: "(...) a originalidade do pensamento de Arendt como pensadora política só pode ser entendida através de um estudo sistemático de sua teoria da ação política, e do modo como rompe com a tradição do pensamento político ocidental." (VILLA, 1995, p. 6)

A teoria da ação política trazida por Luxemburg e Arendt traz em seu arcabouço a real possibilidade de conter a barbárie, ou regimes totalitários (na linguagem arendtiana). Ação política significa fazer história, significa promover um espaço político onde a teoria e a prática possam coexistir em um processo de interação mútua. Luxemburg introduz ainda a importância do imprevisível, onde as experiências da ação política e revolução dão espaço à espontaneidade. Da revolução defendida pela teórica polonesa, Arendt não leva a compreensão da política no ideal de alcançar o fim socialista, nem a ideia de ser um meio em si mesmo, que coexiste na percepção de que os seres humanos se desenvolvem na medida que agem politicamente. Ao afastar Rosa Luxemburg do marxismo, Arendt demonstra não aceitar que o que ela própria admirava na teórica polaca era também fruto de uma herança marxista, já que o conceito de ação política e revolução emergem no pensamento de Luxemburg a base da sua própria constituição teórica da tradição marxista.

Para melhor compreendermos o arcabouço que norteia a crítica de Arendt ao marxismo, podemos dizer, que considera que a primazia da questão social levantada pela revolução francesa abriu precedentes para que todas as revoluções que viriam a seguir tivessem um cunho muito mais popular (ARENDR, 2016, p. 55) Karl Marx utilizou esse advento histórico para fazer a teoria de todas as

revoluções a seguir, e nesse sentido, de um ponto de vista teórico retirou os valores das elites revolucionárias antigas, que para ela eram os únicos capazes de propiciar revoluções com mudanças sociais sólidas.

Seja como for, não há dúvida de que o jovem Marx defendia que a razão pela qual a Revolução Francesa falhara em instituir a liberdade foi por não ter sido capaz de resolver em última instância a questão social. Entretanto, isso não retira dela seu imenso valor social e político, tampouco a constatação da capacidade da força motriz das revoluções populares. Para Arendt a contribuição mais original de Marx à causa da revolução foi ter interpretado as carências inerentes a pobreza do povo em termos políticos: “O que ele aprendeu da Revolução Francesa foi que a pobreza pode ser uma força política de primeira ordem” (ARENDR, 2016, p. 56). Uma rebelião não apenas por pão ou riqueza, mas também pela liberdade.

Marx transforma a questão social numa força política, que está contida no termo exploração, isto é, na noção de que a pobreza é a consequência da exploração por uma "classe dominante", que detém a posse dos meios de violência. O valor dessa hipótese para as ciências históricas é realmente pequeno; ela toma como base uma economia escrava, onde uma "classe" de senhores realmente se impõe sobre uma base de trabalhadores, e que é válida apenas nos primeiros estágios do capitalismo, quando a pobreza, numa escala sem precedentes, foi o resultado da expropriação pela força. (ARENDR, 2016, p. 56)

Arendt, claramente, confunde os termos de exploração e apropriação primitiva / acumulação originária. Segundo Marx a exploração da mais-valia do trabalho pelo capital é o principal motor da acumulação capitalista. Este processo de acumulação, é antecedido pelo estágio inicial, ou gênese, do desenvolvimento capitalista, é considerado uma fase de acumulação primitiva ou originária; dominado pela lógica de acumulação em vez de exploração. O uso da violência direta, a imposição da classe de senhores à força sobre a classe trabalhadora em formação e a economia escrava são elementos desta acumulação originária, processo desenvolvido por Marx, nos capítulos 26 a 33 do Capital (MARX, 1990, p. 873-942).⁶

⁶ Será a Rosa Luxemburgo, que mais tarde ficará famosa por defender que o processo de acumulação primitiva ou originária, não é um processo restrito à fase

O conceito de exploração em Marx não está baseado na violência direta, mas antes na extração de mais-valia á base do trabalho de trabalhadores “livres” que vendem seu trabalho como mercadoria, ou seja num processo governado pela lógica despolitizante do mercado. O processo de acumulação no modo de produção capitalista, acontece a partir da centralização e concentração da riqueza, onde a mais valia é tirada a força, através de medidas opressoras e por uma via ideológica colonial.

Foi o cientista em Marx, e sua ambição de elevar sua "ciência" ao nível de ciência natural, cuja principal categoria ainda era então a necessidade, que o induziu a inverter suas próprias categorias. Politicamente, essa evolução levou Marx a uma real capitulação da liberdade frente à necessidade. Ele fez o que seu mestre em revolução, Robespierre, havia feito antes dele, e o que seu maior discípulo, Lenin, haveria de fazer posteriormente, na mais importante revolução que seus ensinamentos já inspiraram. (ARENDR, 2016, p. 59)

O que a teórica não percebe é que Karl Marx não desenvolve sua teoria da revolução a partir de uma agência dos mais excluídos (sujeitos que fazem parte da lógica de apropriação na acumulação primitiva do desenvolvimento inicial do capitalismo) mas, na classe trabalhadora organizada. Na medida em que trabalham em comum, possibilitam uma consciência histórica não existente na ideia de revolta de sujeitos mais marginalizados. Outra questão negligenciada nessa análise é que para Marx dentro de uma sociedade desigual, para maior parte dos cidadãos, de nada serve a liberdade política se não há condições para exercê-la.

A liberdade consiste em converter o Estado em um órgão que se submeta à sociedade de tal forma que fique completamente subordinado a ela; e ainda hoje as formas de Estado são mais livres ou menos livres na medida em que restringem a "liberdade do Estado". (MARX, 2009, p. 22).

Nesse sentido liberdade política não significa nada quando se tem necessidades económicas. Pra Marx liberdade deve ser sempre liberdade positiva, ou seja, liberdade criativa, de mudança. A verdadeira liberdade republicana visa a mudança da sociedade – que ela faça parte da história – essa.

inicial do desenvolvimento do capitalismo. Ela defende que o Capitalismos depende em todas as suas relações duma logica permanente de apropriação violenta de riquezas e mercados de sistemas não-capitalistas. (LUXEMBURG, 2016, p. 262–263)

OS LIMITES DO REPUBLICANISMO DO PONTO DE VISTA DA REVOLUÇÃO

Em paralelo ao debate acerca da questão social e questão política trazida por Arendt, Rosa Luxemburg também faz uma análise da crise republicana em França, comparando-a ao processo revolucionário nos Estados Unidos; análise que terá seu resgate com Hannah Arendt em *As Origens do Totalitarismo*, quando fala sobre a crise republicana em França e referencia a influência de Rosa Luxemburg em sua análise (2018, p. 123)⁷.

Em *The Socialist Crisis in France*, Luxemburg (2005) analisa os impactos da estratégia do socialismo francês de entrar no governo junto com forças liberais burguesas e pequeno burguesas em um discurso de defesa da república contra as forças reacionárias. Segundo Luxemburg (2005), o republicanismo americano enquanto consequência da luta pelo processo de independência ou descolonização contra a Inglaterra, não se tratava de uma disputa interna contra forças feudais, ou mesmo a monarquia, pois nos EUA não existia o perigo de um retorno à monarquia, mas era sobretudo uma luta pelo processo de descolonização.

Apesar das violentas lutas de classes e partidos, não ouvimos falar de perigos que ameaçam a forma republicana de governo nos Estados Unidos da América. Isso é perfeitamente compreensível, já que a república na América foi conquistada simultaneamente com a independência nacional. Os americanos nunca experimentaram o domínio monárquico como uma nação independente. (LUXEMBURG, 2005)

A partir desses factos históricos Rosa Luxemburg faz uma análise da crise socialista em França a partir da questão republicana no sentido de estabelecer os perigos da estratégia dos socialistas franceses de entrarem no governo junto com forças liberais burguesas e pequeno burguesas liderados por Pierre Waldeck-Rousseau em um discurso de defesa da República. Luxemburg (2005) argumenta que esse tipo de lógica de coligação também é

⁷ Na página 123, nota número I, capítulo IV de *As Origens do Totalitarismo* (ARENDR, 2018), Hannah Arendt faz referência a Rosa Luxemburg para discutir sua posição acerca do caso Dreyfus e a natureza farsante das várias tentativas de golpe de Estado. No decorrer do capítulo várias das análises de Arendt dialogam de forma clara com o debate trazido por Luxemburg (2005) em *Die sozialistische Krise in Frankreich*, volume I, de 1901.

arriscada, pois a alta burguesia e partidos mais liberais acabariam por retirar a luta da classe trabalhadora da base popular. Nesse sentido argumenta que é a própria burguesia e os liberais que eliminam a capacidade emancipatória dessa República.

Jean Jaurès, histórico líder socialista francês, e seus companheiros de partido justificaram a entrada de Millerand, socialista independente, com o discurso de que a República deve ser defendida a qualquer custo, ainda que se aliassem a burguesia seria possível articular reformas sociais que beneficiassem a classe trabalhadora. Defendiam que o desenvolvimento da sociedade capitalista no socialismo deve dar origem a um período de transição em que o poder político é exercido em comum pela burguesia e pelo proletariado, que através dele encontra sua expressão externa na participação dos socialistas no governo.

Para Luxemburg (2005), a referência aos perigos que poderiam pôr em causa a República era, então, o principal argumento dos socialistas franceses para a coligação política. E para isso foi necessário que um socialista se tornasse o ministro do comércio, e permanecesse no gabinete mesmo após o trágico massacre dos trabalhadores em greve na ilha de Martinica em 1900. Em defesa da república as investigações sobre os massacres foram bloqueadas, as investigações parlamentares acerca dos horrores perpetrados nas colônias tiveram que ser contidas, e a lei de anistia aceita. Nesse momento histórico todos os atos do governo, todas as posições e votos dos socialistas são baseados em uma preocupação pela República ameaçada e sua defesa.

A contensão à onda reacionária antissemítica monárquica, se torna o discurso justificador para o modelo reformista que se seguiria e a união entre liberais democratas e socialistas. O caso escandaloso do julgamento do oficial judeu do Estado-Maior francês Alfred Dreyfus em meados de 1894 (ARENDR, 2018, p. 115-117; HUDIS; ANDERSON, 2004, p. 11; LUXEMBURG, 2005), julgado por espionagem a favor da Alemanha, condenado a deportação perpétua, em julgamento considerado arbitrário – às portas fechadas, viria a ser, então, a justificativa perfeita para aliança dos socialistas aos liberais republicanos. Luxemburg (2005) discorda desse modelo republicano reformista e argumenta que desde o final do século XIX a monarquia já não tinha tanta força para justificar que esse modelo político de coalizão fosse necessário para impedir um novo golpe monárquico. Àquela altura a alta burguesia financeira já havia descoberto que a república já dava conta dos seus interesses tão bem como a monarquia. Mesmo que Rosa

Luxemburg (HUDIS; ANDERSON, 2004, p. 11; 2005) defendesse Dreyfus contra os ataques antissemíticos da direita francesa opunha-se ao facto que o caso deu aos reformistas a justificativa ideal para a ação conjunta com as elites burguesas, inclusive o ministro Gaston de Gallifet, carniceiro da Comuna de Paris.

Em *As Origens do Totalitarismo* (2018), Hannah Arendt retoma o caso Dreyfus, e afirma que todas suas implicações políticas, só puderam sobreviver em razão de dois elementos que cresceram no decorrer do século XX: o ódio aos judeus; e a desconfiança no Estado. Observa que até a atualidade, o termo *antidreyfusard* poderia ser definido na França, de modo aceitável, como tudo que era antirrepublicano, antidemocrático e antissemita:

Enquanto o processo Dreyfus no seu amplo aspeto político pertenceu ao século XX, o caso Dreyfus e os vários julgamentos do capitão judeu Alfred Dreyfus são bem típicos do século XIX quando se seguiam com tanto interesse os processos legais, porque cada instância tentava testar a maior conquista do século, que era a completa imparcialidade da justiça. É peculiar daquele período que um erro judicial pudesse despertar tais paixões políticas e inspirar uma sucessão tão infundável de julgamentos e revisões, para não mencionar os duelos e as lutas corporais. A doutrina da igualdade perante a lei estava ainda tão firmemente implantada na consciência do mundo civilizado, que um único erro da justiça era capaz de provocar à indignação pública, desde Moscovo à Nova York. (ARENDR, 2018, p. 117-118)

Em referência a análise de Rosa Luxemburg sobre o caso, Arendt (2018, p. 123), também vê no caso Dreyfus o estopim perfeito para que diversas forças políticas pudessem disputar ter algum proveito. As profundas alterações na estrutura social da França durante este período podem ser resumidas da seguinte forma. Em 1799 e em 1851, a República foi presa e executada pelo golpe de Estado antes de ter a chance de se livrar de sua bagagem revolucionária. A Terceira República, no entanto, foi capaz de durar o suficiente para entrar num período normal de existência e provar à burguesia que sabe adaptar-se aos seus interesses, e muito melhor do que qualquer monarquia do mundo poderia fazer: “Os socialistas, principalmente Jaurès, receberam de bom grado tanto o perdão como a amnistia. Não encontraram por fim um lugar no governo e maior representação dos seus interesses?” (2018, p. 155)

Luxemburg (2005), buscou demonstrar como a burguesia alcançou um governo político conciso pela primeira vez na Terceira

República e, desde o fim da década de 1870, manteve-a quase que continuamente com a ajuda dos gabinetes e das maiorias parlamentares dos oportunistas partidos pequeno-burgueses. A política colonial francesa e o militarismo, assim como a gigantesca dívida estatal resultante, mostraram à burguesia que a República pode competir com qualquer monarquia nesses projetos mais lucrativos. Dreyfus e vários outros casos emblemáticos como o Canal do Panamá, provaram que o Parlamento e a administração republicana são ferramentas não menos adaptáveis aos senhores das altas finanças do que o aparato político da monarquia. “A Terceira República, além disso, provou ser solo fértil para a pequena burguesia. Uma enorme safra de pequenos credores estatais e funcionários estatais surgiu da crescente dívida nacional e da burocracia em contínua expansão. Toda a existência desse exército dependia da estabilidade pacífica da República.” (LUXEMBURG, 2005)

Hannah Arendt (2018), assim como Luxemburg(2005), também faz uma interlocução do caso Dreyfus ao escândalo do canal do Panamá⁸, onde houve uma onda de antissemitismo na França, corroborada pelo discurso de que os operadores da companhia, que distribuíam propinas no parlamento, eram judeus, lembra Arendt: “O escândalo no Panamá tornava visível o invisível, trouxe consigo duas revelações. Primeiro divulgou o facto de que membros do parlamento e funcionários públicos se tornaram negociantes. Segundo mostrou que os intermediários entre a iniciativa privada e a máquina do Estado eram quase que exclusivamente judeus.” (ARENDR, 2018, p. 125) O objetivo de Arendt e Luxemburg ao remeterem a origem do caso Dreyfus ao escândalo do canal do Panamá, é sublinhar a instrumentalização do antissemitismo para os polos opostos dessa disputa, uns queriam as riquezas dos judeus, outros aproveitavam-se da situação para justificar o discurso reformista na luta por hegemonia política. Embora houvesse constantes alarmes de conspirações e golpes monarquistas, o principal perigo para a República não vinha de fora, mas de sua própria instabilidade, e especialmente de sua corrupção. Segundo Arendt (2018, p. 157) o resultado de todo esse processo foi

⁸ O Canal do Panamá foi um caso ocorrido cinco anos antes de Dreyfus, onde 85 mil investidores da companhia formada para construção do canal foram arruinados quando a empresa quebrou, em 1889, deixando a descoberto a corrupção no parlamento e no governo francês. Rosa Luxemburg 2005, desenvolve uma análise conhecida sobre o caso, que mais tarde Hannah Arendt 2018, resgata em referência aos vários acontecimentos que remontam a crise que dará base ao governo republicano reformista em França.

o surgimento do movimento sionista, que em última análise os levaria para o centro dos acontecimentos mundiais.

Certamente tanto Rosa Luxemburg, quanto Hannah Arendt eram conscientes dos jogos políticos que faziam parte das estruturas do Republicanismo de seu tempo, bem como as estratégias de poder inerentes a ele. Que ambas teceram críticas às posturas reformistas e de coalizão política, não resta dúvidas, contudo o caminho republicano e de ação política escolhido por cada uma para travar suas lutas teve caráter ideológico distinto. De Luxemburg, Arendt leva a coragem, o entusiasmo pelo novo e a defesa da ação política.

BIBLIOGRAFIA

ARENDDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Tradução Ana Luísa Faria. [s.l.]: Editora Relógio D'Água, 1991.

ARENDDT, Hannah. **Onrevolution**. London: Faber&Faber, 2016.

ARENDDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. 8. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2018.

D'ALESSANDRO, Ruggero. **La comunità possibile: la democrazia consiliare in Rosa Luxemburg e Hannah Arendt**. Milano: Mimesis, 2011.

HUDIS, Peter. Introduction: Luxemburg in our time. In: NETTL, J. P. (Ed.). **Rosa Luxemburg**. London; New York: Verso, 2019. p. ix–xxiv.

HUDIS, Peter; ANDERSON, Kevin (EDS.). Introduction. In: **The Rosa Luxemburg Reader**. New York: MonthlyReviewPress, 2004. p. 7-30.

LUXEMBURG, Rosa. **A Revolução Russa**. Petrópolis: Vozes, 1991.

LUXEMBURG, Rosa. The Junius Pamphlet. In: **The Rosa Luxemburg Reader**. Peter Hudis and Kevin B. Anderson ed. New York: MonthlyReviewPress, 2004. p. 447.

LUXEMBURG, Rosa. **The Socialist Crisis in France**. [s.l.] :Luxemburg Internet Archive, 2005.

LUXEMBURG, Rosa. **The Complete Works of Rosa Luxemburg, Volume II: Economic Writings 2**. Tradução Nicholas Gray; George Shriver. Edição: Reprint ed. [s.l.] : Verso, 2016.

MARX, Karl. **Capital: Critique of Political Economy v. 1**. Tradução Ben Fowkes. New Edition ed. London; New York, N.Y: Penguin Classics, 1990.

MARX, Karl. **Critique of the Gotha Programme**. Gloucester, U.K.: Dodo Press, 2009.

STORLFOKKEN, Tanja. Mulheres em Tempos Sombrios: Rosa Luxemburg e Hannah Arendt. **Crítica Marxista**, [s. l.], v. 1, n. 23, p. 111–128, 2006.

VAN VOSSOLE, Jonas. Revolução. In: **Dicionário Alice**. [s.l.: s.n.].

VILLA, Dana. **Arendt andHeiddeger. Thefateofthepolitical**. [s.l.]:PrincetonUniversityPress, 1995.

VOLLRATH, Ernst; ASHTON, E. B. Rosa Luxemburg'sTheoryofRevolution. **Social Research**, [s. l.], v. 40, n. 1, p. 83–109, 1973.

YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. **Hannah Arendt: For LoveoftheWorld**. New York: Yale UniversityPress, 1982.

Recebido em 21/11/2019

Avaliado em 23/11/2019